

DOIS EXCERTOS DE ALBERTO TORRES

O fluminense Alberto Torres (1865-1917) foi um dos poucos pensadores dignos de consideração e estudo em nosso país. Depois de rápida carreira política que o levou à Assembléia Provincial, ao governo de seu Estado (já na República) e ao Supremo Tribunal Federal, passou a dedicar-se aos problemas da organização nacional, escrevendo numerosos artigos e livros, dos quais os mais importantes são **O Problema Nacional Brasileiro** e **A Organização Nacional** (deste, apenas a primeira parte, **A Constituição**), ambos de 1914. Fez parte do grupo que defendia a reforma da Constituição de 1891 e em função deste espírito revisionista foi que compôs seus dois livros mencionados. Teve inúmeros discípulos que, após sua morte, organizaram-se numa "Sociedade dos Amigos de Alberto Torres", para difundir-lhe a obra. Entre seus discípulos mais diletos, contam-se Oliveira Viana, Saboia Lima, Alcides Gentil, Cândido Mota Filho. Quase todos dedicaram-lhe livros importantes, aos quais vem se acrescentar **Presença de Alberto Torres**, de Barbosa Lima Sobrinho, bem mais recente que os demais (1968). Suas duas obras mais importantes foram reeditadas em 1933 e em 1978, pela Companhia Editora Nacional (Col. "Brasiliana", Vs. 16 e 17), e, mais recentemente pela Editora da Univ. de Brasília. A terceira edição de **A Organização Nacional** traz excelente estudo introdutório do Professor Francisco Iglésias.

*

SOBERANIA REAL

Atrevessamos, neste momento, a crise mais séria da nossa História. Politicamente livres, com todos os atributos formais da soberania interna e da independência externa, depois de um passado que é o melhor atestado do bom senso e da excepcional probidade do nosso povo, encontramos-nos em situação melindrosa, perante fatos da nossa economia e da vida mundial, que põem em equação o problema do nosso futuro.

Há cerca de quatro anos, quando me foi possível voltar o espírito para o estudo dos assuntos políticos do país, que haviam sido objeto de meus trabalhos, durante mais de metade de minha vida, precisaram-se em meu espírito os traços da tendência que ia tomando a evolução do Bra-

sil, em face da política e da economia dos outros povos. Em estudos que fui publicando, procurei mostrar aos que dirigem a opinião e aos que nos governam os sinais da crise próxima, advertindo-os da necessidade de prevenir perigos que se iam acumulando sobre nossas cabeças, de reparar erros e descuidos que temos cometido, resultante de estranhável despreocupação dos nossos problemas práticos e dos da política mundial.

(...) A desorientação é característica da nossa época, em toda a parte e, assinaladamente, nos centros cultos das velhas civilizações. Entre as muitas ruínas que tombam e que oscilam, são ainda pouco visíveis os perfis indecisos de novas construções. A imensa atividade intelectual contemporânea trabalha, quase toda, numa região atulhada de destroços, entre tentames factícios ou abortivos de construção. O mundo que vai acabando, foi um mundo de sistemas *a priori*; e a sensação de que ele cai inspira aos espíritos tímidos o temor das soluções, mantendo nos arrojados, a ilusão de que, aos sistemas mortos, devem suceder novos sistemas. Perdem-se aqueles no ceticismo, e estes no trabalho tantálico de erigir castelos sobre castelos, utopias sobre utopias. Toda a nossa cultura, bebida em tais fontes, esterilizou-se, na dubiedade da descrença, ou obstruiu o caminho, diante dos passos, com a concepção de novos e rígidos sistemas. A inteligência contemporânea ficou sendo uma inteligência híbrida, incapaz de procriar.

Na política, a anarquia das idéias e dos atos atinge as proporções do desvario. A ordem social, mantida por simples tolerância costumeira, já não corresponde à ordem das velhas organizações e está longe de satisfazer à organização dos novos elementos da sociedade. Os aparelhos e forças que equilibravam efetivamente o mundo foram substituídos, na lei e na política, por meras abstrações verbais e máximas conceptuais de filosofia social; e, como estas entidades abstratas, com que o idealismo quis fazer as colunas das novas civilizações: a liberdade, a justiça, o direito, todos os lemas das lutas revolucionárias, não possuem realidade objetiva, não representam os tecidos substanciais dos bens necessários ao homem: são meros atributos das suas aspirações na vida real; o esforço da sociedade contemporânea tem o aspecto de uma eterna ascensão ao cume inatingível da fantasia.

(...) Foi assim que as revoluções defraudaram as aspirações humanas, iludindo a fome, a miséria, o instinto de ação, o impulso dinâmico das almas e dos corpos, com os artifícios de panacéias subjetivas. As instituições opressivas do passado, sob as formas do despotismo, da escravidão, da servidão, do poder dinástico, da autoridade, do feudalismo, eram, principalmente, restrições e peias ao desenvolvimento, à expansão, aos movimentos da personalidade, à ação de suas energias, ao trabalho, à distribuição meios de ação e dos frutos da ação.

Os diretores dos destinos do homem não viram senão as formas aparentes da realidade, e supuseram que, opondo a liberdade à tirania, a igualdade à servidão e ao feudalismo, a justiça e o direito aos privilégios, solviam os seus problemas; mas, como os fatos da vida, do esforço e do trabalho, os estímulos ativos da natureza do homem, os móveis profundos de sua eficiência, não podiam ser atingidos por essas transformações exteriores, a desigualdade, a injustiça, a falência do direito e da ordem revestiram novas formas, e a sociedade permaneceu a mesma, decorando com outros nomes coloridos as suas velhas utopias. Todo o espetáculo atual da política é a ostentação burlesca deste jogo de palavras e de fórmulas, sobre a realidade, dia a dia mais pungente, dos problemas da economia e do trabalho.

A separação da política e da vida social atingiu, em nossa pátria, o máximo da distância. À força de alheação da realidade a política chegou ao cúmulo do absurdo, constituindo, em meio da nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham a impulsionar e fomentar um surto social robusto e progressivo, uma classe artificial, verdadeira superfetação ingênua e francamente estranha a todos os interesses, onde, quase sempre com maior boa fé, o brilho das fórmulas e o calor das imagens não passam de pretextos para as lutas da conquista e da conservação das posições.

A política é, de alto a baixo, um mecanismo alheio à sociedade, perturbador da sua ordem, contrário ao seu progresso; governos, partidos e políticos, sucedem-se e alternam-se, levantando e combatendo desordens, criando e destruindo coisas inúteis e embaraçosas. Os governantes chegaram à situação de perder de vista os fatos e os homens, envolvidos entre agitação e enredos pessoais.

E é este estado de coisas que todos têm por manifestação tão normal da nossa vitalidade, em torno do qual se debatem as opiniões, formam-se os partidos, eagem-se legisladores e chefes de Estado, surgem e desaparecem as personalidades, agita-se a oratória, fervilham doestos e calúnias, rebentam revoluções e violências de toda espécie, explodem crises de sangue e de escândalo; e, nesta agitação, que não representa, aqui como em outros países, outra coisa senão a estagnação de um povo descuidado de si mesmo, perdido na contemplação de miragens teóricas, paralisado, por falta de consciência e de direção, toda a atividade pública se reflete num eterno debate entre dois coros, onde as pessoas se alternam, fazendo uns o papel de tiranos e de bandidos, outros o de juízes punidores, cantando, estes, hinos de louvor aos vencedores, clamando, aqueles, as mais tremendas e cruas objurgatórias.

(O Problema Nacional Brasileiro, 83-89. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914. Na 3ª edição, o trecho acima ocorre às pp. 84-88)

POLÍTICA ORGÂNICA

O Brasil é um país que nunca foi organizado e está cada vez menos organizado. Sua constituição e suas reformas, obedecendo às inspirações teóricas de nossos dirigentes, não fundaram realidades: não fizeram circular sangue, nem vibrar nervos, no corpo do país. Realizações de ideais e de idéias, ora incompatíveis com as aspirações nacionais, como a monarquia, ora sem base nos fatos: ideais de mera concepção, algumas vezes, e idéias que não se formaram de permeio ao desenvolvimento espontâneo das coisas, nunca representaram nem gestações naturais de verdadeiros progressos, nem a maturidade de frutos da civilização. Sentimental ou doutrinariamente promovidos, não vieram a termo senão como simples mutações políticas exteriores, substitutas das aparências imediatas das coisas públicas, consumindo-se inteiramente, como dupla alegoria, ora com a queda de um cenário e o surgir de outro. Orgânica e profundamente, nossas reformas não podem ter feito senão destruir os rudimentos de tendências sociais porventura incipientes, e acumular, sobre a desordem das velhas instituições, outros elementos de desordem.

(...) será preciso dizer que a nossa Constituição é uma coletânea de normas espúrias, onde se encontram idéias antagônicas, com relação aos pontos vitais mais importantes; que não tem existência real, na vida do país; que, em matéria de regime representativo, retrocedemos para muito aquém da aparência de representação, dos tempos da monarquia; e que o nosso federalismo é justamente o oposto da federação, não tendo fundado a autonomia dos representantes dos poderes estaduais e municipais, senão para os opor à autonomia dos povos, nos municípios e nos Estados, e à vida nacional, na política, do país?

A autonomia estadual e a municipal são os nervos mais sensíveis da nossa política. Nenhuma questão mais apaixonada os espíritos do que esta; uma das mais fortes crenças dos políticos militantes é que a autonomia estadual, tal como está constituída, é uma das colunas da nossa organização constitucional; o zelo por ela é virtude teologal, para os políticos. Teme-se a intervenção e a autoridade da União, como se esta fosse o gênio mau da vida política do país.

Esta opinião funda-se em argumentos de exagerado apreço a um princípio clássico de toda teoria constitucional e de superficial apreciação do nosso mecanismo político. O princípio constitucional da autonomia — aplicado, primeiro, aos governos locais, e, depois, a essas segundas entidades a que, nas diversas formas da Federação, se deu o nome de Estados — representa, na filiação das idéias políticas, ou um vestígio dos antigos governos, gentílicos e tribais, ou uma gradual descentralização, no interesse da melhor distribuição dos poderes, de mais seguro conhecimento dos assuntos e de ação mais próxima, na governação local. A força tradicional

do primeiro elemento, que representa, no organismo político, como que a matéria atrofiada de um órgão já sem função, dissipou-se, com a absorção dos grupos primitivos nas nacionalidades modernas, mais ou menos difundidos ou mesclados num tipo nacional, ou deslocados, modificados e substituídos por outros.

Extintas as paixões locais — suavizadas numa branda afeição natal — ficou de resíduo, num composto de estreito bairrismo e mesquinhas rivalidades em antipatias de campanário, o fermento da competência entre as ambições: é o verdadeiro espírito do nosso zelo pela autonomia.

A idéia de autonomia precisa ser encarada como uma idéia de utilidade prática, no interesse da terra e das populações, sem o cunho afetivo que sua origem lhe imprimia e que lhe dava o aspecto de um fato necessário. A autonomia dos municípios e dos Estados não é mais que uma concentração mais cerrada do tecido governamental, em torno do município e do Estado; mas o tecido não se interrompe nem se cinde, para formar seus núcleos intermediários: continua-se e entrelaça-se, até completar toda trama da organização nacional, que termina, por fim, no relevo mais forte dos poderes federais. Cumpre não isolar nem desprender as autonomias de seu todo orgânico. A verdade é, entretanto, que os governos estaduais, no regime da nossa Constituição, e, ainda mais, com a interpretação que lhe emprestam, concentram efetivamente a força da política nacional, dividida assim em vinte eixos excêntricos. Não temos união política senão para as manifestações aparentes e formais da vida institucional...

(**A Organização Nacional**, 141-145. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914. Na 3ª edição, o trecho acima encontra-se às pp. 160-163)